



O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, em cumprimento às determinações contidas no art. 54, combinado com o art.55, alínea "a" e parágrafo 2º da LC nº 101 de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal torna público o **Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, período de janeiro/2016 a dezembro/2016**, para fins de verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no referido diploma legal. Fortaleza, 27 de janeiro de 2017.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>337.878.725,17</b>	
Pessoal Ativo (1)	298.538.409,13	
Pessoal Inativo e Pensionistas (2)	39.011.041,12	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	329.274,92	
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>(44.497.551,16)</b>	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (3)	(2.540.955,29)	
Decorrentes de Decisão Judicial	(77.986,08)	
Despesas de Exercícios Anteriores	(2.867.568,67)	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	(39.011.041,12)	
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>293.381.174,01</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.831.937.422	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	17.831.937.422	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)</b>	<b>293.381.174,01</b>	<b>1,65</b>
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <2%>	356.638.748,44	2,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <1,90%>	338.806.811,02	1,90
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <1,80%>	320.974.873,60	1,80

FONTE: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - s2gpr, SEFAZ, 26/01/2017. 14:25.

Notas:

(1) Não foram consideradas as seguintes despesas de caráter indenizatório:

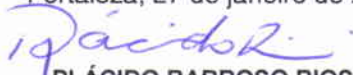
a) abono de permanência - R\$ 3.857.334,41 (Resolução TCE/CE nº 2582/2009 - DOE 28.12.2009);

b) ajuda de custo - R\$ 111.448,06 de caráter indenizatório.

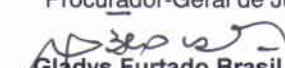
(2) Não considerado os gastos com pensionistas, Resolução 2230/2010 - TCE/CE (processo nº 03052/2008-0).


(3) Despesa correspondente às indenizações de férias não gozadas, pagas aos membros do MPCE por ocasião da aposentadoria.

Fortaleza, 27 de janeiro de 2017

  
PLÁCIDO BARROSO RIOS  
Procurador-Geral de Justiça

  
Teresa Jacqueline de Mesquita Ciriaco  
Coordenadora da Assessoria de  
Planejamento

  
Gladys Furtado Brasil  
Secretária de Finanças

  
Dina Quintas Colares Araújo  
Coordenadora Geral de Controle e Auditoria  
Interna



**MPCE**  
Ministério Público  
do Estado do Ceará

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESCRIÇÃO	DESPESAS EXECUTADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	LIQUIDADAS													
	JAN/16	FEV/16	MAR/16	ABR/16	MAI/16	JUN/16	JUL/16	AGO/16	SET/16	OUT/16	NOV/16	DEZ/16	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (a)	
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>27.561.429</b>	<b>28.984.162</b>	<b>23.351.495</b>	<b>25.481.036</b>	<b>25.892.706</b>	<b>35.004.926</b>	<b>27.200.293</b>	<b>25.490.549</b>	<b>26.835.493</b>	<b>25.027.711</b>	<b>24.699.247</b>	<b>42.349.676</b>	<b>337.878.725</b>	-
Pessoal Ativo	24.606.843	26.039.733	20.341.120	22.506.929	22.863.981	31.875.124	22.610.426	22.466.591	23.811.535	22.003.753	21.675.289	37.737.086	298.538.409	
Pessoal Inativo e Pensionista (1)	2.954.587	2.944.430	2.946.620	2.974.108	2.960.223	2.997.043	4.525.609	3.023.958	3.023.958	3.023.958	3.023.958	4.612.590	39.011.041	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	63.756	-	68.501	132.760	64.259	-	-	-	-	-	329.275	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS</b>	<b>(2.954.587)</b>	<b>(4.878.546)</b>	<b>(2.979.688)</b>	<b>(3.147.599)</b>	<b>(3.200.837)</b>	<b>(3.533.375)</b>	<b>(4.905.549)</b>	<b>(3.069.397)</b>	<b>(3.150.115)</b>	<b>(3.031.411)</b>	<b>(3.170.551)</b>	<b>(6.475.895)</b>	<b>(44.497.551)</b>	-
(-) Inativos com recursos vinculados	(2.954.587)	(2.944.430)	(2.946.620)	(2.974.108)	(2.960.223)	(2.997.043)	(4.525.609)	(3.023.958)	(3.023.958)	(3.023.958)	(3.023.958)	(4.612.590)	(39.011.041)	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	-	(1.907.732)	(33.069)	(173.491)	(214.800)	(157.627)	(1.235)	(37.985)	(110.421)	-	(139.140)	(92.069)	(2.867.569)	-
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	(26.385)	-	-	-	(371.252)	(371.252)	-	(8.283)	-	-	(1.763.783)	(2.540.955)	-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-	-	(25.813)	(7.453)	(7.453)	(7.453)	(7.453)	(7.453)	(7.453)	(7.453)	(77.986)	-
<b>DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>24.606.843</b>	<b>24.105.616</b>	<b>20.371.807</b>	<b>22.333.437</b>	<b>22.691.869</b>	<b>31.471.551</b>	<b>22.294.744</b>	<b>22.421.152</b>	<b>23.685.378</b>	<b>21.996.300</b>	<b>21.528.696</b>	<b>35.873.780</b>	<b>293.381.174</b>	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>17.831.937.422</b>	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	<b>17.831.934.422</b>	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)</b>	<b>293.381.174,01</b>	<b>1,65</b>
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	<b>356.638.748,44</b>	<b>2,00</b>
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	<b>338.806.811,02</b>	<b>1,90</b>
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	<b>320.974.873,60</b>	<b>1,80</b>

FONTE: Sistema de Gestão Governamental por Resultados – s2gpr, SEFAZ, 26/01/2017. 14:25.

(1) Não foram consideradas as seguintes despesas de caráter indenizatório:

a) abono de permanência – **R\$ 3.857.334,41** (Resolução TCE/CE nº 2582/2009 – DOE 28.12.2009);

b) ajuda de custo – **R\$ 111.448,06 de caráter indenizatório.**

(2) Não considerado os gastos com pensionistas, Resolução 2230/2010 – TCE/CE (processo nº 03052/2008-0).

(3) Despesa correspondente às indenizações de férias não gozadas, pagas aos membros do MPCE por ocasião da aposentadoria.

*Delaware*  
*Paulo*

**MPCE**Ministério Público  
do Estado do Ceará

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF- Anexo 5 ( LRF, art. 55, Inciso III, alínea 'a')

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)' (g) = (a - (b+c+d+e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)				
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)						
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>248.063,22</b>	-	-	-	-	-	<b>248.063,22</b>	-	-
Convênio nº 792316/2013-SENACON	248.063,22	-	-	-	-	-	248.063,22	-	-
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)</b>	<b>19.628.973,60</b>	-	<b>12.946.274,74</b>	<b>14.985,34</b>	-	-	<b>6.667.713,52</b>	<b>2.273.112,63</b>	-
Conta Salário	227.604,57	-	-	-	-	-	227.604,57	-	-
Conta Duodécimo (1)	19.254.073,55	-	12.946.274,74	14.985,34	-	-	6.292.813,47	2.273.112,63	-
Alienação de bens (Imóvel Iguatu)	147.295,48	-	-	-	-	-	147.295,48	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>19.877.036,82</b>	-	<b>12.946.274,74</b>	<b>14.985,34</b>	-	-	<b>6.915.776,74</b>	<b>2.273.112,63</b>	-

FONTE: Sistema de Gestão Governamental por Resultados – s2gpr (SEFAZ) e Conciliação Bancária (SEFIN/PGJ), 27/01/2017. 08:57.

*Delano**Delano*

**MPCE**Ministério Público  
do Estado do Ceará

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

LRF, art. 48 – Anexo 7

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente líquida		
<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Despesa Total com Pessoal – DTP	293.381.174,01	1,65
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	356.638.748,44	2,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	338.806.811,02	1,90
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
<b>GARANTIAS DE VALORES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)</b>
<b>Valor Total</b>	<b>2.273.112,63</b>	<b>6.915.776,74</b>

FONTE: Sistema de Gestão Governamental por Resultados – s2gpr (SEFAZ) e Conciliação Bancária (SEFIN/PGJ), 27/01/2017. 14:25.

Fortaleza, 27 de janeiro de 2017

PLÁCIDO BARROSO RIOS  
Procurador-Geral de Justiça

Teresa Jacqueline de Mesquita Ciríaco  
Coordenadora da Assessoria de Planejamento

Gladys Furtado Brasil  
Secretária de Finanças

Dina Quintas Colares Araújo  
Coordenadora Geral de Controle e Auditoria Interna